

Quixeramobim / 2ª Vara da Comarca de Quixeramobim



0002853-02.2019.8.06.0154

Classe : Procedimento Comum
Assunto principal : Acidente de Trânsito
Competência : Cível Interior
Valor da ação : R\$ 3.375,00
Volume : 1
Requerente : Leandro Alves do Nascimento
Advogada : Kristiane da Silva Martins (OAB: 25443/CE)
Requerido : Seguradora Líder do Consórcio do Seguro
DPVAT
Distribuição : Sorteio - 05/04/2019 11:04:07

12.618/19

2
Vara



Holanda Martins
ADVOCADOS

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA
VARA DA COMARCA DE QUIXERAMOBIM - CEARÁ



AÇÃO DE COBRANÇA

Processo nº 2833.02.2009, 2009/0154

ESTADO DO CEARÁ
COMARCA DE QUIXERAMOBIM
PROCURADOR GERAL
28/03/19
RECEBIMOS
28/03/19

LEANDRO ALVES DO NASCIMENTO, brasileiro(a), portador(a) do RG nº 2007533976-0, inscrito(a) no CPF nº 058.392.713-06, residente e domiciliado(a) no(a) Rua Eliário Pinheiro, nº. 62, Bairro Monteiro de Moraes, Quixeramobim/CE, vem, perante Vossa Excelência, através da sua procuradora (procuração anexada), ingressar com **AÇÃO DE COBRANÇA** em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, companhia de seguros participante do Consórcio de Seguradoras que operam o seguro de danos pessoais causados por veículo de via terrestre, localizada na Rua da Assembleia, nº. 100, 16º andar, CEP: 20.011-904, Centro, Rio de Janeiro/RJ, pelos fundamentos que passa a expor a seguir:

DA JUSTIÇA GRATUITA

Requer à V. Exª, seja deferido o benefício da Gratuidade de Justiça, com embasamento na lei 1.060/50, com alterações introduzidas pela lei 7.510/86, por não ter condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo do próprio sustento e de sua família.

I - DA FUNDAMENTAÇÃO FÁTICA E JURÍDICA

O(a) Sr(a). Leandro, no dia 23/02/2014, sofreu acidente automobilístico, conforme descrição constante no Boletim de Ocorrência anexado, que teve como consequência **TRAUMA NO TORNOZELO ESQUERDO, INCLUSIVE TENDO REALIZADO PERÍCIA MÉDICA** (documentos médicos anexados).

Em sendo assim, o(a) autor(a) deu entrada na documentação perante a seguradora; entretanto não lhe foi paga nenhuma indenização pelas sequelas em decorrência do acidente de trânsito.

Tão logo recebeu a notificação o(a) requerente estranhou o valor disponibilizado, haja vista ter sido informado que, de acordo com a Lei 6194/74, que dispõe sobre seguros de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres - DPVAT, teria direito a uma cobertura em valores superiores ao recebido, conforme bem demonstra o Art. 3º da Lei 6194/74, trazido à colação, *verbis*:

☎ (88)3441.0267 | 9697.1282 | 8858.3422

✉ karlusandre@holandamartinsadvogados.com.br

R. Canejo Aurélio Motta, 155 - CENTRO - Quixeramobim/CE | CEP 63800-000

Holanda
Martins



Holanda Martins
ADVOCADOS



Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vítima de: (Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).

(...)

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

Sabe-se que tal indenização segue os limites estabelecidos no ANEXO da referida Lei, assim dispondo:

Danos Corporais Totais	Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	Percentual da Perda
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores		
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés		
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior		
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral		
Lesões neurológicas que cursam com: (a) dano cognitivo-comportamental		100
alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica		
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis		
de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital		
Danos Corporais Segmentares (Parciais)		Percentuais das Perdas
Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores		
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou		
de uma das mãos		70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés		
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés		50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo		
Polegar		
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo		25

(88)3441.0267 | 9697.1282 | 8858.3422

karlusandre@holandamartinsadvogados.com.br

R. Cônego Aureliano Motta, 135 - CENTRO - Quixeramobim/CE | CEP 63800-000



Holanda Martins



Holanda Martins

ADVOGADOS

Perda anômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da Mão	10
Perda anômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais das Perdas
Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baco	10

Ou seja, verifica-se que o(a) promovente não recebeu valor equivalente a nenhuma das porcentagens existentes na tabela constante na lei nº 6.194/74.

Assim, conforme se verifica, **o promovente teria direito a uma indenização cujo valor seria mais elevado ao que foi pago pela seguradora.**

Senão vejamos o Demonstrativo do Cálculo:
Sequelas - Cálculo = Valor Limite X x Cobertura X (%):
TRAUMA NO TORNOMELO ESQUERDO
Cálculo = R\$ 13.500,00 x 25% = R\$ 3.375,00

II - DO DIREITO PROPRIAMENTE DITO.

A invalidez permanente ficou comprovada mediante os documentos médicos acostados à inicial, bem como através do reconhecimento da referida invalidez pela seguradora. A invalidez do(a) suplicante encontra-se comprovada em toda a sua inteireza, o que está sobejamente comprovado nos autos.

Estes fatos foram expostos no sentido da comprovação da invalidez permanente a que se encontra submetido o(a) autor(a), de molde a fazer jus à indenização em seu grau adequado, não havendo escusa para que as seguradoras tentem imputar-lhe o pagamento em níveis tais como oferecidos.

Tendo em vista esta situação, só restou-lhe recorrer às vias judiciais, através da presente AÇÃO DE COBRANÇA, para ter o devido adimplemento do débito em questão.

III - DO PEDIDO

Diante do exposto, o requerente, confiando nos douts suprimentos e alto espírito de justiça deste Meritíssimo Juízo, espera que Vossa Excelência digne-se a:

(88)3441.0267 | 9697.1282 | 8858.3422

karlusandre@holandamartinsadvogados.com.br



Holanda Martins
ADVOCADOS



1) DEFERIR o pedido de justiça gratuita;

2) Determinar a **designação de audiência de conciliação (art. 319, VII, NCPC)**, bem como a citação da Promovida, para, querendo, contestar a presente ação, sob pena de revelia e confissão;

3) JULGAR PROCEDENTE a presente ação nos termos requeridos, para a condenação da ré ao pagamento da importância de **R\$ 3.375,00 (três mil, trezentos e setenta e cinco reais)** tendo em vista que o limite indenizatório para casos de invalidez permanente é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), devendo, ainda, haver a devida correção monetária;

4) Requer, por fim, a condenação do requerido ao **pagamento das verbas de sucumbência**, isto é, custas processuais e honorários advocatícios, a base de 20% (vinte por cento) do valor da causa.

Protesta provar o alegado por todos os meios admitidos em Direito, como oitiva de testemunhas, desde logo arroladas, junta da ulterior de documentos, perícias, inspeção judicial e depoimento pessoal da Requerida, sob pena de confissão, bem como, quaisquer outras providências que V. Exa. julgar necessária à perfeita resolução do feito, ficando tudo de logo requerido.

Dá-se a causa o valor de **R\$ 3.375,00 (três mil, trezentos e setenta e cinco reais)**.

Pede e espera deferimento.
Quixeramobim/CE, 4 de abril de 2019.

Kristiane da Silva Martins
KRISTIANE DA SILVA MARTINS

OAB/CE 25443

KARLUS ANDRÉ HOLANDA MARTINS

OAB/CE 26710

☎ (88)3441.0267 | 9697.1282 | 8858.3422

✉ karlusandre@holandamartinsadvogados.com.br

R. Cônego Aureliano Motta, 155 - CENTRO - Quixeramobim/CE | CEP 63800-000

